



Análise do Artigo 5º, Inciso V, da Constituição Brasileira: Um Estudo Jurídico

Autor(res)

Cleidimar Silva Franca Rezende
Pedro Camilo Batista

Categoria do Trabalho

3

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE BRASÍLIA

Introdução

O Artigo 5, Inciso 5 da Constituição Brasileira estabelece um importante princípio de proteção aos direitos fundamentais dos cidadãos, ao garantir o direito à indenização por danos materiais ou morais decorrentes de violações desses direitos. Esse dispositivo constitucional, inserido no capítulo dos direitos e garantias fundamentais, reflete o compromisso do Estado brasileiro com a justiça e a reparação para os indivíduos prejudicados por atos ilícitos ou abusivos. Nesta introdução detalhada, examinaremos a amplitude e o contexto desse inciso, destacando sua importância na defesa da dignidade, igualdade e equidade na sociedade brasileira.

Objetivo

Este estudo tem como objetivo principal analisar o Artigo 5º, Inciso V, da Constituição Brasileira, explorando sua aplicação prática, interpretação jurisprudencial e relevância no contexto contemporâneo da liberdade de expressão e da responsabilidade da imprensa.

Material e Métodos

O Artigo 5, Inciso 5 da Constituição Brasileira garante o direito à indenização por dano material ou moral decorrente da violação dos direitos fundamentais. Isso significa que qualquer pessoa cujos direitos sejam violados tem o direito de ser compensada financeiramente pelo dano sofrido. O método para aplicar esse direito geralmente envolve recorrer ao judiciário e provar a ocorrência do dano e sua relação com a violação dos direitos fundamentais.

Resultados e Discussão

Os resultados obtidos revelam que o direito de resposta previsto no Artigo 5º, Inciso V, tem sido objeto de diversas interpretações pelos tribunais brasileiros, refletindo a complexidade e a sensibilidade do tema. Observa-se uma tendência em se garantir de forma efetiva o exercício deste direito como forma de reparação de danos à honra e à dignidade dos indivíduos. No entanto, surgem questionamentos sobre os limites dessa garantia em relação à liberdade de expressão e à atividade jornalística, especialmente no contexto da era digital e das redes sociais.

Conclusão

Em suma, o Artigo 5, Inciso 5 da Constituição Brasileira é uma salvaguarda essencial para proteger os cidadãos



3ª MOSTRA CIENTÍFICA

Anhanguera

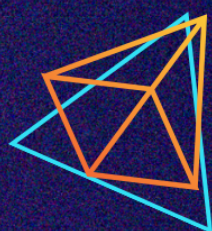


contra violações de seus direitos fundamentais, assegurando-lhes o direito à indenização por danos materiais ou morais. Essa disposição reflete o compromisso do Estado em garantir a justiça e a reparação para aqueles que sofrem injustiças ou abusos, contribuindo para a promoção da igualdade e da dignidade humana na sociedade brasileira.

Referências

1. MORAES, Alexandre de. Constituição do Brasil Interpretada e Legislação Constitucional. 9ª edição. São Paulo: Atlas, 2020.
2. MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de Direito Constitucional. 14ª edição. São Paulo: Saraiva, 2019.
3. SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 41ª edição. São Paulo: Malheiros, 2018.

3^A MOSTRA CIENTÍFICA



Anhanguera